

SUMÁRIO

PREFÁCIO	15
APRESENTAÇÃO	17
APRESENTAÇÃO	19
NOTA DOS AUTORES	21
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	23

Capítulo 1

INTRODUÇÃO	25
------------------	----

Capítulo 2

DIREITO FUNDAMENTAL À TUTELA EXECUTIVA	31
--	----

Marina Lemos

1. Considerações sobre a teoria dos direitos fundamentais	31
1.1. Direitos fundamentais como princípios	31
1.2. O caráter prima facie dos princípios e os direitos definitivos	35
1.3. A regra da proporcionalidade e seus elementos parciais ou sub-regras	36
1.4. A vinculação do poder público aos direitos fundamentais	42
2. Direito fundamental à proteção	47
2.1. Direitos à proteção e dupla face da regra da proporcionalidade	51
3. Direito fundamental à tutela efetiva	55
3.1. A concepção restrita do direito de ação	59
3.2. O direito fundamental de ação como direito à efetividade da tutela jurisdicional	63
4. A efetividade do processo e a execução: Direito fundamental à tutela executiva	66

Capítulo 3

PANORAMA DA TUTELA EXECUTIVA NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	71
--	----

Bruno Garcia

1. Breve histórico	71
2. Execução de título judicial como processo autônomo e como fase do processo de formação do título	76
3. Crise da tipicidade dos meios executivos: o poder geral de efetivação do juiz	80
4. O direito fundamental à tutela executiva e as recentes alterações do Código de Processo Civil: privilégio ao credor e à efetividade das decisões judiciais	86

Capítulo 4**EFETIVAÇÃO DAS PRESTAÇÕES DE PAGAR QUANTIA CERTA 91***Marina Lemos*

1. Medidas executivas: Inclusão das medidas coercitivas para viabilizar o adimplemento das obrigações que envolvem quantia certa 91
2. Os típicos meios executivos das obrigações de pagar quantia certa 98
3. A natureza da multa prevista no art. 475-j do código de processo civil 103
4. a atipicidade dos meios executivos e o poder geral de efetivação aplicados à tutela das obrigações de pagar quantia certa 106
5. A insuficiente proteção conferida pela legislação infraconstitucional aos credores de obrigações de quantia certa analisada sob o prisma do direito à igualdade 114
6. Aplicação de multa diária para pagamento de soma em dinheiro 120
7. O controle do poder executivo do juiz 123

Capítulo 5**A PRISÃO CIVIL COMO MEDIDA COERCITIVA ATÍPICA PARA EFETIVAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS 131***Bruno Garcia*

1. O instituto da prisão civil e a Constituição Federal de 1988 131
 - 1.1. Conceito, natureza jurídica e modalidades de prisão civil 131
 - 1.2. O *contempt of court* e a prisão penal por crime de desobediência 136
 - 1.3. O instituto da prisão civil e as Constituições Brasileiras. Tratamento dado pela Constituição Federal de 1988 139
 - 1.4. As hipóteses de prisão civil expressamente admitidas na Constituição Federal de 1988 143
 - 1.4.1. Prisão civil por débito alimentar 143
 - 1.4.1.1. Noções preliminares 143
 - 1.4.1.2. Espécies de alimentos e repercussões acerca da aplicação da prisão civil 144
 - 1.4.1.3. Uma análise sistemática da prisão civil por débito alimentar no ordenamento jurídico brasileiro 146
 - 1.4.2. Prisão civil do depositário infiel 147
 - 1.4.2.1. Prisão do depositário infiel à luz do *Pacto de San José da Costa Rica*. Nova posição da Suprema Corte brasileira acerca do tema 148
 - 1.4.2.2. Opinião do autor 153
2. A prisão civil e o Conceito de “dívida” empregado no inciso LXVII do art. 5º da Constituição Federal de 1988 154
 - 2.1. Breves considerações 154

2.2. Estudo semântico da expressão	155
2.3. Conceito jurídico	155
3. Sobre a utilização da prisão civil como medida atípica de efetivação das decisões judiciais	160
3.1. Tese restritiva da prisão civil	160
3.2. Tese ampliativa da prisão civil	162
3.3. Opinião do autor	166
4. Direito fundamental à liberdade x Direito fundamental à tutela executiva	170
4.1. Exemplos práticos em que o direito fundamental à liberdade pode ser mitigado, dando margem à utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica	174
5. Critérios para determinação das hipóteses de cabimento da prisão civil como medida coercitiva atípica	176
6. Sistemas de controle para utilização da medida	185
6.1. Noções preliminares. A singular importância da justificação da decisão	185
6.2. Controle através de recursos	187
6.3. Controle através de simples petição ou impugnação	188
6.4. A utilidade do <i>habeas corpus</i> como instrumento de controle da prisão civil determinada como medida coercitiva atípica	191
6.5. Outros meios de controle	196
7. Responsabilidade pela má utilização da prisão civil como medida coercitiva atípica ...	197
 Capítulo 6	
CONCLUSÃO	203
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	211